

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FUMEC: UM ESTUDO À LUZ DAS PRÁTICAS DA CIÊNCIA ABERTA

FUMEC UNIVERSITY INSTITUTIONAL REPOSITORY: A STUDY IN LIGHT OF OPEN SCIENCE PRACTICES

Priscila Reis dos Santos^a

Helton Junio da Silva^b

Jurema Suely de Araújo Nery Ribeiro^c

Fabricio Ziviani^d

Luiz Claudio Gomes Maia^e

RESUMO

Objetivo: Visando preencher essa lacuna, a presente pesquisa objetivou examinar se o repositório institucional atua em sintonia com as práticas da ciência aberta.

Metodologia: Optou-se pela realização de estudo qualitativo viabilizado por características da pesquisa descritiva, envolvendo pesquisa documental. A investigação bibliográfica e documental foi executada como suporte a coleta de dados. **Resultados:** Acredita-se que a exposição do pesquisador, na fase de feitura do seu trabalho, aos recursos abertos, o mobilizará para, ao final, promover a disponibilização de seus trabalhos em ambientes *open access*, gerando uma ampliação exponencial do ciclo científico, tornando as informações e os dados acessíveis e reutilizáveis, conceitos-chave da ciência aberta. **Conclusões:** Um importante resultado da investigação, para pesquisadores, IPES e sociedade, consiste na descoberta da correlação positiva entre a utilização de recursos abertos na fase de construção da pesquisa e a decisão de compartilhar, voluntariamente, o trabalho final no repositório institucional.

^a Doutora em Sistema de Informação e Gestão do Conhecimento pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Ouvidora do CRB-6 na Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Minas Gerais, Brasil. E-mail: reispriscila1980@gmail.com.

^b Doutor em Sistema de Informação e Gestão do Conhecimento pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Docente na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Minas Gerais, Brasil. E-mail: heltonjunio@yahoo.com.br.

^c Doutora em Sistema de Informação e Gestão do Conhecimento pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Coordenadora do curso de Administração EaD da Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Docente na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Minas Gerais, Brasil. E-mail: jurema.nery@fumec.br.

^d Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente na Universidade Católica de Brasília (UCB/DF). Brasília, Brasil. E-mail: fazist@hotmail.com.

^e Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente na Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Minas Gerais, Brasil. E-mail: luiz.maia@fumec.br.

Descritores: Repositório Institucional. Instituição Privada de Ensino Superior. Ciência Aberta.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, antes do surgimento da pandemia mundial de COVID-19 e do cenário de conflito bélico decorrente da invasão do território ucraniano pela Rússia, já enfrentava desafios nos campos econômico, social e político. Por conseguinte, a pandemia e a guerra resultaram, inevitavelmente, no agravamento das condições econômicas, e isso impactou fortemente a renda das famílias brasileiras.

As instituições privadas de ensino superior (IPES), em seu turno, precisaram adaptar-se, nos últimos anos, à queda nas receitas, configurada pela saída de discentes e, paralelamente, à ampliação das demandas do mercado, das determinações do Ministério da Educação (MEC) e da legislação brasileira. A Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018a), de 2018, exemplificativamente, implicou na realização de uma série de adequações para todas as organizações atuantes no território nacional, incluindo as IPES. Mas, abrangendo especificamente a área do ensino superior, a constituição da *secretaria acadêmica digital*, imposta pela Portaria MEC n. 315 (Brasil, 2018b), de 2018, e a do *diploma nato-digital*, ordenado via Portaria MEC n. 330 (Brasil, 2018c), de 2018, exigiram que universidades, centros universitários e faculdades investissem em tecnologias, treinamento de funcionários e até mudanças estruturais. Contudo, em 2017, o indicador 1.11 do *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância* já havia inserido, em seu escopo, a imposição a respeito da existência de *repositório institucional* para a obtenção de melhor estratificação nos processos de análise das instituições de ensino superior (IES) do país em procedimentos de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

Apesar de representarem mais uma exigência no âmbito da IPES, os repositórios, para além de uma importante ferramenta de disseminação e difusão da produção intelectual, podem caracterizar uma vantagem competitiva em um mercado bastante concorrido, porque, segundo Silva (2020, p. 20), eles

propiciariam o aumento da “[...] visibilidade, tanto da instituição quanto dos autores e de suas produções.”.

A visibilidade da produção científica é um dos desafios das IES, assim como da ciência aberta. A ciência aberta, portanto, nunca esteve tão em evidência, e o esforço para a democratização, que se iniciou há mais de duas décadas e visa bem mais que oferecer acesso aos dados granulares de pesquisas, jamais foi tão propalado no meio científico e na sociedade. Bispo (2022) argumenta que a ciência aberta integra o debate científico contemporâneo e é um movimento crescente nas duas últimas décadas. O pesquisador defende que há três aspectos sobre os quais o debate é mais intenso: “a) acesso aberto ao conhecimento produzido; b) transparência nos processos de pesquisa; e c) replicação e reproduzibilidade de pesquisas anteriores”. Para ele, “a ciência aberta busca tornar o fazer científico mais acessível e transparente.” (Bispo, 2022, p. 1).

Para Ezema e Ejikeme (2019), o livre acesso à informação, fomentado pelos repositórios institucionais, especialmente nos países em desenvolvimento, é um meio essencial para aumentar a estabilidade e o desenvolvimento econômico dessas regiões, conferindo maior visibilidade para as investigações científicas e permitindo que pesquisadores dos países periféricos contribuam para a construção de um corpo de conhecimento em nível global. Assim, o objetivo deste estudo é examinar se o repositório institucional da Universidade FUMEC atua em sintonia com as práticas da ciência aberta.

Para aferir o ineditismo da pesquisa e buscar ancoragem teórica, realizou-se mapeamento de estudos idênticos, adjacentes ou similares, divulgados em bases com ampla cobertura da produção científica nacional de teses, dissertações e artigos. Antes, visando padronizar e fundamentar cientificamente o mapeamento, procurou-se definir os argumentos de pesquisa com base em fontes padronizadoras. Para tal, recorreu-se ao catálogo/terminologia de assuntos da Biblioteca Nacional (BN), pois nele os temas multidisciplinares são estruturados sob a forma de tesouro, e o recurso é adotado como matriz para a definição de vocabulário controlado por profissionais de todo o país. No catálogo da BN, obteve-se a expressão “repositórios institucionais” como termo

controlado ou tópico. Não houve, contudo, resultados assertivos quando se buscou, nesse catálogo, “ciência aberta”, “dados abertos”, “regime informacional” etc.

Ezema e Onyancha (2017) esclarecem que o desenvolvimento de repositórios institucionais, para impulsionar o arquivamento de pesquisas no acesso aberto, requer um capital vultoso, e muitas instituições de ensino não podem custear tal despesa. Assim, considerando que o contingente de estudantes no ensino superior privado vem, conforme Luder (2022), sofrendo decréscimo na última década, ressalta-se que a capacidade de investimentos é uma das muitas diferenças entre uma IES privada e uma instituição federal no que concerne, por exemplo, ao desenvolvimento de ações de viabilização e de apoio ao repositório institucional e à ciência aberta.

2 CIÊNCIA ABERTA

A ciência aberta, apesar da relevância atingida nos últimos anos, não é tão recente. Muito além de seus conceitos, proposições e resultados, a ciência aberta há anos é promovida pela articulação de cientistas, organizações, governos, agências de fomento e instituições de ensino por todo o mundo. A concepção do ideário da ciência aberta, conforme Albagli, Appel e Maciel (2013), ganhou destaque a partir de 1973, com o ensaio *The normative structure of science*, de Robert Merton, que definiu como normas-chave para a atividade científica, entre outros, o comunalismo e o universalismo.

Outro grande marco para as reflexões a respeito da *ciência aberta* foi o Projeto Genoma Humano (PGH), que, de 1989 a 2003, envolveu mais de cinco mil cientistas, de diversos países, no esforço de mapear o ácido desoxirribonucleico (DNA) humano. Havia, à época, pesquisadores atuantes no PGH que eram financiados por recursos públicos e defendiam que os estudos desenvolvidos ao longo do projeto fossem disponibilizados livremente. Por outro lado, existiam também cientistas e entidades que, financiados por organizações ou recursos privados, argumentavam favoravelmente à restrição dos resultados finais ou preliminares, a fim de assegurar, por meio de patentes, publicações etc., o retorno dos investimentos angariados. Góes e Oliveira (2014) destacam

que a probabilidade de obtenção de lucros com o patenteamento de regiões do genoma humano atraiu cientistas e empresários.

Lima (2009) evidencia que a informação científica e tecnológica se organiza e gera, em torno de si,

[...] uma rede econômica de interesses que envolve atores os mais variados, como laboratórios das grandes indústrias farmacêuticas [...], a poderosa indústria de tecnologia da informação, passando pela indústria editorial que movimenta bilhões de dólares por ano (Lima, 2009, p. 221).

Para Ezema e Onyancha (2017), o Movimento de Acesso Aberto é um agente de transformação que não pode ser descartado, pois a principal filosofia que o sustenta é a garantia de disponibilidade de informações científicas para a comunidade científica e acadêmica internacional.

No contexto de eventual resistência, por parte de alguns cientistas, aos preceitos da CA, as instituições – acadêmicas, estatais, de fomento, de pesquisa ou até entes privados com fins lucrativos – podem representar um importante canal para uma mudança cultural e paradigmática em prol da difusão e aceitação de um novo modo de *fazer ciência*.

2.1 CIÊNCIA ABERTA NO BRASIL

Ao contrário do que ocorre em países como Portugal, Holanda e França, não há atualmente, no Brasil, uma política pública mandatária e dedicada exclusivamente à promoção da ciência aberta. Para Carvalho (2021, p. 1), “No Brasil, não existe uma lei que estabeleça um regramento federal sobre a Ciência Aberta”. Por outro lado, o acesso aberto às informações de [...] órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público” (Brasil, 2011, local. art. 1º, inc. I) é objeto de legislação e de ações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O mesmo ocorre com

[...] as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Brasil, 2011, local. art. 1º, inc. II).

Weitzel (2019, p. 107) argumenta que “[...] o debate sobre o acesso aberto

no Brasil é certamente complexo e pode ser visto sob várias dimensões". Costa (2008, p. 229), no entanto, defende que, "[...] embora haja evidências de iniciativas relacionadas ao acesso aberto ao conhecimento científico, é o acesso aberto à literatura que tem sido mais debatido e adotado.".

Costa (2008) também indica, entre as iniciativas de promoção do acesso aberto no Brasil, a decisão da Capes, em 2006, que determinou o depósito compulsório de teses e dissertações, defendidas no país, em sua Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), plataforma que se encontra disponível em ambiente aberto e interoperável.

Costa, Kuramoto e Leite (2013) esclarecem que em 2005, baseando-se na Declaração de Berlim, o IBICT lançou o *Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Aberto à Informação Científica*. O documento visava constituir-se em uma referência para a política nacional brasileira de acesso aberto. Para Marcondes e Sayão (2009), o lançamento do *Manifesto* é o primeiro desdobramento político, no território brasileiro, do movimento internacional "amplo de apoio ao livre acesso à informação científica" (Marcondes; Sayão, 2009, p. 10).

No entanto, para Araújo, Souza e Silva (2019, p. 167):

Acompanhando essa tendência mundial para a promoção do acesso aberto, a América Latina tem apresentado consideráveis avanços nos últimos dez anos no desenvolvimento de mecanismos para a comunicação científica. Um deles foi a criação, em 2012, de uma Rede Federada de Repositórios Institucionais de Publicações Científicas (LA Referencia). A rede foi implementada a partir de um acordo de cooperação, assinado em Buenos Aires, entre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México e Peru, para formação da Rede Latino-Americana de Acesso Aberto.

Há, contudo, uma importante lacuna entre o cenário internacional e a realidade brasileira. A despeito de peculiaridades dos países, o cenário internacional indica que a transição do modelo atual de produção do conhecimento rumo a uma ciência pautada na colaboração e no comprometimento social se dá pela composição de um ecossistema de pesquisa institucionalizado que envolve e responsabiliza todos os atores. Nesse sentido, diversos países adotam a CA sob uma visão governamental estratégica e de longo prazo, que também visa aumentar a competitividade e a sua capacidade

de inovar.

2.2 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: CONCEITOS E ORIGENS

Os repositórios digitais abertos, além de uma importante dimensão da CA, são fundamentais para a disseminação irrestrita do conhecimento científico. Coerentemente com tal assertiva, para Galliano (1986, p. 27), “[...] o conhecimento científico é propriedade de toda a humanidade”, e a “divulgação do conhecimento científico é a mola propulsora do progresso da ciência.”.

Para Targino (2005), o repositório institucional consiste na reunião, organização e disseminação de informações digitais geradas no âmbito de instituições educacionais e institutos de pesquisa. Ainda segundo a autora, independentemente do formato ou suporte da informação, deve-se assegurar que ela seja disponibilizada de forma gratuita para pesquisas.

Quanto ao contexto de surgimento dos repositórios, para Jesus *et al.* (2021, p. 8), com

[...] os avanços tecnológicos, o crescimento exponencial da produção científica, o alto custo das assinaturas de periódicos científicos e a criação de alternativas para organizar e disseminar a produção acadêmica, gerenciar o acervo digital e maximizar o acesso para a comunidade tornou-se inevitável, [o que] resultou na criação e no desenvolvimento dos repositórios institucionais.

A história dos RI, de acordo com Costa e Leite (2009), é recente e se iniciou, como acontece com a grande maioria das inovações, principalmente aquelas desenvolvidas na área de informação, no hemisfério Norte:

Expandiu-se, no entanto, rapidamente, [...] igualmente no hemisfério Norte. Os Estados Unidos lideram mais uma vez as iniciativas, embora a Europa tenha um número significativo de exemplos a serem observados, ou mesmo seguidos. (Costa; Leite, 2009, p. 186).

O contexto de surgimento dos repositórios é também tratado por Guimarães, Silva e Noronha (2009, p. 263), que esclarecem que os “RIs emergem como resposta para um amplo conjunto de iniquidades no acesso à informação, nas suas mais diversas manifestações.”. Em um instigante texto intitulado *RI é a resposta, mas qual é a pergunta?*, cujo objetivo é construir uma reflexão sobre alguns pontos norteadores para o desenvolvimento e a

implantação de repositórios, os autores destacam sua crença de que os RI se configuram como uma

[...] resposta à escalada nos custos das assinaturas de periódicos científicos; como um novo “serviço de informação”; como um elemento adicional no sistema de comunicação científica; como uma estratégia para conferir visibilidade institucional, ou mesmo para a preservação digital da memória institucional (Guimarães; Silva; Noronha, 2009, p. 263).

Para Costa (2008, p. 219), os repositórios são “[...] ferramentas com duplo sentido, pois servem de instrumentos tanto para a gestão do conhecimento quanto para o processo de comunicação.”. Acerca da comunicação, Ferreira, Neves e Borges (2021, p. 975) afirmam que a “[...] introdução dos RI no cenário da investigação científica revolucionou o sistema de comunicação das ciências ao introduzir novos papéis para os seus intervenientes.”. Além do importante protagonismo nas estratégias de divulgação da ciência, os repositórios são fundamentais para a abertura do acesso ao conhecimento. Assim, Reis e Zaninelli (2020, p. 118) reconhecem que a

[...] maximização do impacto de resultados de pesquisas por meio do aumento de acesso a eles constitui a missão maior do acesso aberto, que encontra no RI uma de suas principais estratégias.

Para as autoras, “[...] os RI contribuem para a melhoria do sistema de comunicação da ciência, o que, por sua vez, influencia positivamente no avanço científico” (Reis; Zaninelli, 2020, p. 121).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Busca-se, nesta seção, a caracterização da pesquisa, com a explicitação do objeto, do universo e da amostra, bem como dos instrumentos de coleta de dados, insumos e métodos utilizados na coleta e no tratamento dos dados.

A presente pesquisa, visando a concretização dos objetivos delimitados, adota uma metodologia qualitativa do tipo descritiva.

Para Gil (1991), a pesquisa descritiva objetiva a descrição de aspectos de um fenômeno ou de uma população, sendo, pois, o delineamento da realidade, aplicada para o registro, a análise, o relato ou a interpretação de fatos, processos ou fenômenos. Assim, o presente estudo, com metodologia descritiva, envolve

pesquisa de campo e pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada no processo de desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa documental é definida por Mattar (2008) como “literatura cinzenta” e difere-se dos documentos tradicionalmente encontrados nas bibliotecas. A pesquisa bibliográfica, para o autor, compreende os “[...] textos teóricos, artigos que corroboram a hipótese proposta, entre outros documentos que possam interessar à pesquisa.” (Mattar, 2008, p. 171).

O estudo contou com o olhar dos profissionais que atuam na plataforma (auxiliares administrativos, *designer* gráfico e analista de sistemas), bem como com o dos docentes que orientam as pesquisas inseridas na base do repositório institucional.

A fim de obter informações mais abundantes e respostas menos direcionadas, a interrogação foi realizada no formato de questão aberta e 138 sujeitos (S) responderam textualmente.

Os dados foram analisados pelo método de análise de conteúdo de Bardin (2016).

4 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL NA IPES

4.1 BREVE HISTÓRICO DA IPES

A Universidade FUMEC, instituição privada de ensino superior situada em Belo Horizonte, tem quase 60 anos de história e oferece cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrado, doutorado e pós-doutorado (FUMEC, [2024]).

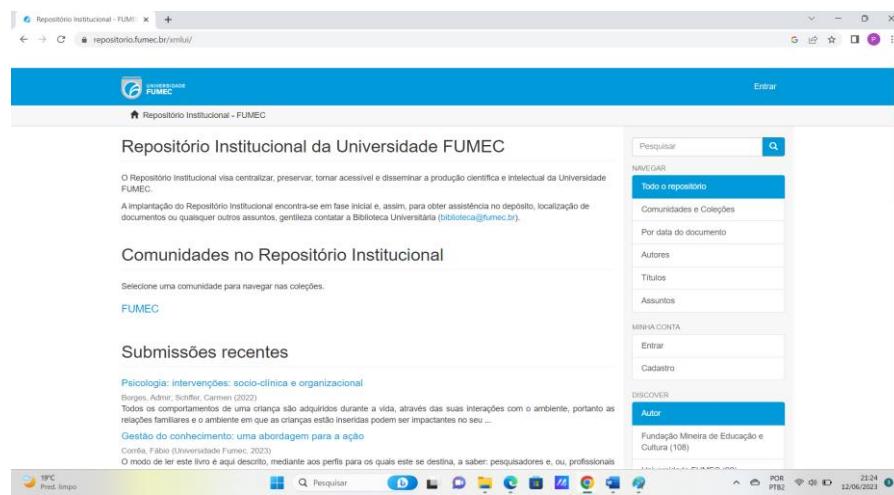
A mantenedora da Universidade FUMEC, então denominada Fundação Universidade Aliança, foi criada por meio da Lei Estadual n. 3.043 (Minas Gerais, 1963), de 20 de dezembro de 1963. A designação Fundação Universidade Aliança foi alterada, pela Lei Estadual n. 4.124 (Minas Gerais, 1966), de 31 de março de 1966, para Fundação Universidade Presidente Kennedy e, posteriormente, para Fundação Universidade Minas Gerais, através da Lei Estadual n. 4.675 (Minas Gerais, 1967), de 6 de dezembro de 1967. Por fim, mediante a Lei Estadual n. 6.166 (Minas Gerais, 1973), de 7 de novembro de

1973, o nome foi alterado para Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC).

4.2 IMPLANTAÇÃO DO RI NA IPES

Desde a sua constituição até os dias atuais, a Universidade FUMEC norteou-se pelo desafio de atuar em “[...] atendimento às suas funções de ensino, pesquisa e extensão e com fundamento nos princípios e fins da educação nacional.” (FUMEC, [2024]). Assim, em 2017, instada pelo indicador 1.11 do *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância*, publicado pelo MEC, que versa sobre a existência de repositório institucional para a obtenção de melhor estratificação nos processos de análise de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e considerando que a instituição ainda não possuía uma biblioteca digital unificada de teses e dissertações, a equipe técnica da Biblioteca Universitária da FUMEC iniciou os procedimentos para a implementação do RI. Abaixo, na Figura 1, tem-se uma imagem da atual página inicial do Repositório Institucional da FUMEC:

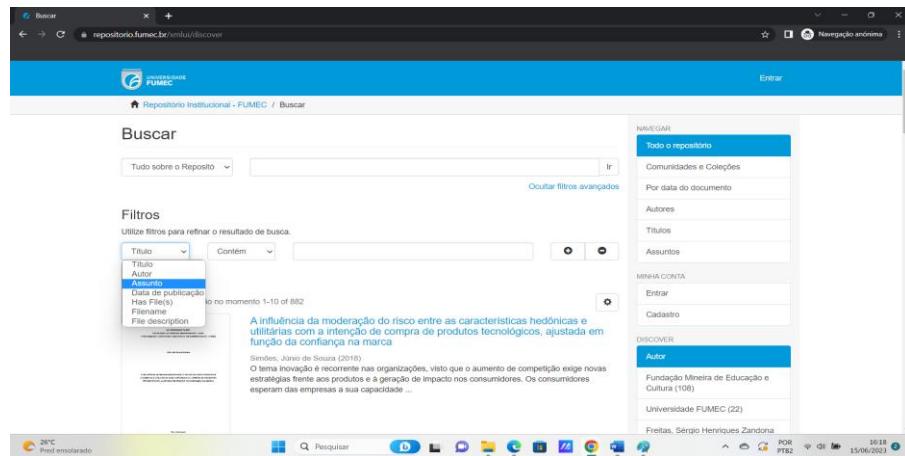
Figura 1 – Página inicial do RI FUMEC



Fonte: Repositório Institucional FUMEC (FUMEC, c2016a).

A Figura 2 apresenta os recursos de busca e os filtros avançados que podem ser utilizados para a recuperação de conteúdo no Repositório Institucional da Universidade FUMEC:

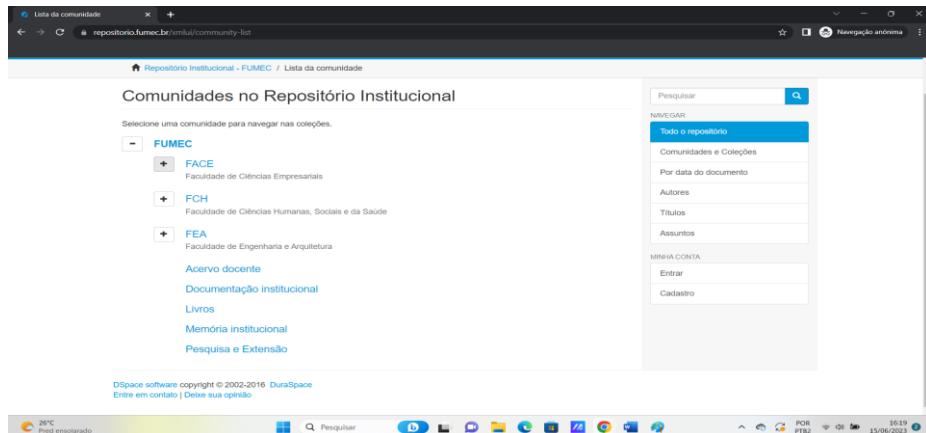
Figura 2 – Recursos de busca e filtros do Repositório Institucional FUMEC



Fonte: Repositório Institucional FUMEC (FUMEC, c2016b).

A Figura 3 ilustra as comunidades e as coleções dimensionadas para a inclusão dos conteúdos durante o povoamento, inicialmente por meio de busca ativa, do Repositório Institucional da FUMEC.

Figura 3 – Comunidades e coleções do RI FUMEC



Fonte: Repositório Institucional FUMEC (FUMEC, c2016c).

Apesar de a ação inicial para a implantação do RI ter sido fundamentada em uma recomendação quase mandatória, visto que a existência da plataforma, segundo o MEC, é uma condição para atingir melhores resultados nos processos de avaliação institucional, houve também uma admissão, por parte da IPES, de outras vantagens. Concluiu-se que uma das conquistas potenciais do RI na IPES seria, sem dúvida, a de reunir, em seu acervo, as teses e as dissertações que se encontravam dispersas em “bibliotecas digitais” até então desenvolvidas em

versões adaptadas do Open Journal System (OJS), software livre e originalmente criado para suportar periódicos científicos. Outro avanço advindo da instalação do RI seria obtido com a facilitação da busca, em uma única interface, da produção científica da IPES.

Um dos princípios norteadores para o projeto de adoção do serviço na universidade foi a formação de conhecimento acerca das funções do RI. Buscaram-se informações na literatura científica, e um dos textos que sintetiza o conceito, redigido por Camargo e Vidotti (2009, p. 63), revela que as funções do RI compreendem “[...] armazenar, representar, preservar, interoperar, facilitar o acesso e disseminar informações.”. Costa e Leite (2009, p. 172) elucidam que, mais do que um serviço, os “[...] repositórios institucionais devem ser compreendidos como manifestação da reestruturação do sistema de comunicação científica.”. De acordo com Freitas, Silva e Guimarães (2009, p. 342), os repositórios institucionais “[...] são, de fato, eficientes ferramentas para a gestão da informação e a promoção da comunicação científica principalmente em ambientes acadêmicos.”. Guimarães, Silva e Noronha (2009, p. 262) sumariamente descrevem o RI como

[...] um *locus online* para coleta, preservação e disseminação da produção intelectual de uma instituição (de pesquisa), [que] emerge, assim, como uma peça fundamental no quebra-cabeça da equidade no acesso à informação científica.

Uma preocupação da equipe que trabalhava no planejamento e na implantação do repositório na Universidade FUMEC era a prevenção de eventuais dificuldades no desenvolvimento e na manutenção da plataforma. Recorreu-se, então, aos relatos de experiências divulgados na literatura científica. Westrienen e Lynch (2005), por exemplo, em um estudo que abrangeu RI de 13 diferentes nações, listaram os inibidores e gargalos dos repositórios de instituições acadêmicas. Restrições orçamentárias; dificuldades de sensibilizar o corpo docente; questões de propriedade intelectual; complexos e demorados procedimentos para a submissão de materiais ao repositório; e a falta de obrigatoriedade nas políticas das instituições para o depósito dos resultados das pesquisas no RI foram inibidores citados pelos autores e tomados, pela equipe técnica da IPES, como empecilhos a serem evitados.

Com base no arcabouço de informações obtidas nos levantamentos

realizados, a equipe de trabalho, composta por bibliotecários, debruçou-se no encargo de projetar e implantar o RI na Universidade FUMEC.

Para Reis e Zaninelli (2020, p. 123), a implantação do repositório é

[...] uma tarefa que demanda um trabalho de equipe, pois a definição das ferramentas e softwares que serão utilizados requer planejamento e trabalho conjunto de analistas, bibliotecários e a gestão da instituição.

Realizou-se a análise do conteúdo, as respostas foram sistematizadas e categorizadas como:

Positiva => Refere-se a opinião asseverativa a respeito da relação entre a ciência aberta e os repositórios institucionais;

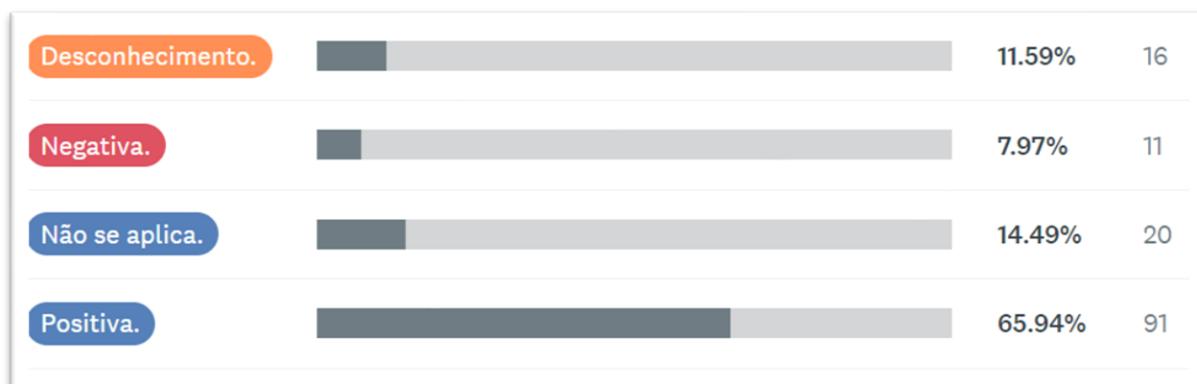
Negativa => Alude-se a manifestação que não reconhece a relevância da CA e/ou do RI ou de ambos;

Desconhecimento => Retrata respostas de egressos que desconhecem relação entre CA e RI;

Não se aplica => Relaciona-se aos respondentes que preencheram o campo com símbolos, letras avulsas, dados incompreensíveis ou sinalizações que não correspondem ao contexto estudado.

Quantitativamente as respostas dos pesquisados foram classificadas conforme apresentado a seguir no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Classificação das respostas acerca da relação entre CA e RI



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nota-se, pelos dados dispostos no Gráfico 1, que as opiniões emitidas pelos ex-discentes sobre a relação entre repositório institucional e ciência aberta foram predominantemente positivas, perfazendo 65,94%. Tem-se ainda que

14,49% dos respondentes preencheram o campo com símbolos, letras avulsas, dados incompreensíveis ou sinalizações que não se referem ao contexto estudado. O desconhecimento a respeito dos temas contidos no questionamento foi apontado por 11,59% dos respondentes e 7,97% emitiram opiniões desfavoráveis a respeito da relação entre a ciência aberta e os repositórios institucionais.

Para Veiga e Macena (2015), no repositório, plataforma que envolve a organização e a disseminação do conhecimento institucional, “[...] o bibliotecário assume um papel importante, visto sua *expertise* no tratamento da informação.” (Veiga; Macena, 2015, p. 41). Ezema e Ejikeme (2019) defendem que os bibliotecários devem liderar o movimento para a exploração de oportunidades voltadas ao desenvolvimento do repositório institucional.

4.3 SELEÇÃO DE SOFTWARE PARA o RI

Quanto às atividades conduzidas pelos profissionais da informação na IPES pesquisada, as principais etapas do trabalho consistiram nas fases de escolha do *software*; fixação do público-alvo e abrangido; delimitação de um escopo de gestão e de uso do RI; e delineamento dos serviços a serem ofertados na primeira fase do RI.

Na etapa destinada à definição e à escolha do *software*, consideraram-se os itens que seriam inseridos no acervo digital; as características gerais das ferramentas disponíveis; a infraestrutura técnica e gerencial; o investimento necessário e os recursos disponíveis; a organização e a recuperação da informação; os *cases* de uso; os metadados; a interoperabilidade; e o cronograma. Segundo Costa e Leite (2009, p. 176):

Para que repositórios institucionais exerçam satisfatoriamente funções e papéis preconizados pelo movimento de acesso aberto, é fundamental que a equipe responsável por sua construção possua a dimensão das implicações contextuais, teóricas e práticas que envolvem o seu planejamento, implementação e funcionamento no âmbito de bibliotecas de universidades.

Optou-se, pois, pelo DSpace, por considerar que a plataforma atendia os quesitos anteriores e se enquadrava nas funções do RI previstas na literatura.

Constituía-se também em um recurso versátil e que permitia a expansão e integração com outros programas, principalmente o Pergamum, *software* utilizado na gestão do acervo físico da Biblioteca da IPES. Além disso, de acordo com Shintaku e Vechiato (2018), o DSpace é o *software* com o maior número de registros de uso e responde por 46% do total de repositórios existentes no mundo. No Brasil, segundo dados de Fiche, Moura e Maia (2017), o DSpace foi pioneiramente implantado pela Universidade de São Paulo (USP), seguida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Para Sayão e Marcondes (2009), em um estudo que se propôs a subsidiar a seleção de um *software* para a gestão de RI, o DSpace é “[...] voltado para repositórios institucionais.” (Sayão; Marcondes, 2009, p. 45). Segundo Reis e Zaninelli (2020, p. 123), “o *software* que melhor representa hoje a estrutura para implantação de repositórios institucionais é o DSpace”. Conforme Freitas, Silva e Guimarães (2009), o DSpace é um *software* desenvolvido para possibilitar a criação de RI e, como tal, “[...] possui funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital.” (Freitas; Silva; Guimarães, 2009, p. 334). Ainda de acordo com os pesquisadores, a plataforma “[...] permite que os repositórios modelem suas estruturas conforme a necessidade de cada instituição.” (Freitas; Silva; Guimarães, 2009, p. 336).

O DSpace, conforme Shintaku e Vechiato (2018), foi desenvolvido a partir de demandas da biblioteca do Massachusetts Institute of Technology (MIT) acerca de uma ferramenta para o compartilhamento da produção científica da instituição. O projeto, esclarecem os autores, iniciou-se em 2000 e foi fruto da parceria entre o MIT e laboratórios da Hewlett-Packard (HP). Sunye *et al.* (2009), além de evidenciar a participação da Universidade de Cambridge, por meio do laboratório da HP, no projeto de desenvolvimento do DSpace, esclarecem que o *software*, livre, encontra-se registrado sob General Public License (GPL). Posteriormente, em 2002, o MIT liberou, para toda a comunidade científica do mundo, o código do DSpace, que, no Brasil, é apoiado pelo IBICT e contempla um considerável número de instituições usuárias. Shintaku e Vechiato (2018, p.

5) destacam que a estrutura funcional do sistema “[...] é focada na gestão dos documentos digitais que compõem o seu acervo.”. Os pesquisadores demonstram ainda que o DSpace “[...] estrutura-se de forma hierárquica, podendo ter inúmeras comunidades que representam grandes temas a serem gerenciados pelo repositório, podendo ter ou não subcomunidades.” (Shintaku; Vechiato, 2018, p. 5).

A estrutura do repositório é também descrita por Camargo e Vidotti (2009, p. 55):

Os repositórios digitais podem ser considerados como locais para armazenamento de coleções digitais de uma determinada instituição ou comunidade e utilizam sistemas de informação que possibilitam funções como: criação de comunidades e de coleções, cadastro de usuários, gerenciamento de políticas de conteúdos e autoarquivamento de documentos.

Coerentes com a estrutura hierárquica definida por Camargo e Vidotti (2009) e Shintaku e Vechiato (2018), a IPES, na etapa destinada ao delineamento do público-alvo e abrangido, concebeu as comunidades, subcomunidades e coleções que figurariam no RI. Desenharam-se ainda as ações para a sensibilização dos atores contemplados na composição do acervo.

4.4 ESCOPO, PVOAMENTO E OUTRAS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO RI

Ao delimitar um escopo de gestão e de uso do RI, a equipe da Biblioteca Universitária esboçou a política de funcionamento e conteúdo do repositório, idealizou o comitê gestor, determinou o fluxo dos processos, indicou os papéis/funções dos atores envolvidos na publicação de conteúdos no repositório, identificou os metadados que seriam registrados e traçou outras ações ou diretrizes para a primeira etapa de operação do novo recurso.

Para sensibilizar gestores e atores que, fora da equipe de trabalho do projeto, seriam envolvidos nas estratégias de povoamento do repositório, o time de implementação centrou-se na divulgação dos benefícios decorrentes dessa implantação. Costa e Leite (2009, p. 184) destacam as vantagens do RI:

- expandem exponencialmente o acesso à pesquisa;
- reafirmam o controle sobre o saber pela academia;
- reduzem o monopólio dos periódicos científicos (especialmente no que concerne à acessibilidade apenas por

- assinatura);
- servem como indicadores tangíveis da qualidade de uma universidade;
 - demonstram a relevância científica, social e econômica das atividades de pesquisa da instituição;
 - aumentam a visibilidade, o status e o valor público da instituição.

Algumas dessas vantagens foram ratificadas por Camargo e Vidotti (2009), que defendem que os RI, no âmbito das instituições de ensino superior, representam uma série de benefícios, pois

[...] possibilitam o controle, a preservação e a visibilidade da produção científica, minimizando custos de publicação e permitindo o acesso irrestrito de outras comunidades universitárias e de pesquisas e da sociedade em geral. (Camargo; Vidotti, 2009, p. 55).

Entre as benesses que, em comum, são citadas pelos pesquisadores, encontra-se a amplificação da visibilidade institucional. Para Pinfield (2005), os repositórios podem melhorar o perfil de uma instituição e também ajudá-la a melhor gerir os seus ativos de informação institucional de forma mais eficaz.

A visibilidade e a projeção que o RI assegura a Ipes é um benefício citado por outros autores. Galves, Queiroz e Siqueira (2019) consideram que a implantação do RI, seja ela decorrente de uma decisão livre ou mandatória, resulta em uma “[...] ferramenta de fácil acesso e utilizável por qualquer pessoa, o que aumenta ainda mais o impacto da visibilidade institucional.” (Galves; Queiroz; Siqueira, 2019, p. 147). Marcondes e Sayão (2009, p. 19) asseveraram que os RI trazem para as universidades

[...] a oportunidade de se fortalecerem institucionalmente a partir da visibilidade de sua produção acadêmica organizada e disponível, como um retrato fiel de sua instituição.

Outra preocupação que norteou as atividades dos técnicos envolvidos no desenvolvimento do projeto foram os aparatos de proteção dos direitos de propriedade intelectual. Albagli, Appel e Maciel (2013, p. 145) alertam que as controvérsias sobre propriedade intelectual “[...] não se diferem daquelas no âmbito das práticas tradicionais de pesquisa.” Os autores acautelam também que o compartilhamento de pesquisas nas plataformas digitais, no entanto, acrescenta novos ingredientes ao contexto. Assim, e tendo em vista um cenário ainda recrudescido pelas determinações da LGPD, a equipe de implantação do

RI acionou o Setor de Procuradoria Jurídica da universidade, e foi elaborado um termo que deve ser assinado pelos pesquisadores que cedem os trabalhos para a inserção no acervo do RI. Dessa forma, entre outros aspectos, garante-se mais perenidade no acesso às informações inseridas no repositório.

Tendo em vista a permanência do conteúdo incorporado ao RI, Rodrigues, Lourenço e Dias (2022, p. 3) apontam que as bibliotecas universitárias que “[...] desejam salvaguardar, organizar e dar acesso à produção científica de sua instituição por meio digital devem desenvolver ambientes virtuais conhecidos como repositórios digitais institucionais.”.

No delineamento dos recursos a serem ofertados na primeira fase do RI, definiu-se que inicialmente os itens das coleções seriam as dissertações e teses produzidas pela IPES, e-books publicados sob o selo editorial da Universidade e documentos institucionais relevantes e de acesso público (atas, portarias, regulamentos e outros). Para Costa e Leite (2009, p. 185), repositórios institucionais podem ser compreendidos como

[...] ferramentas adequadas para a gestão do conhecimento científico, pois, ao mesmo tempo em que agilizam os processos de comunicação científica, potencializam a condução de processos de gestão, maximizando a criação, o compartilhamento, a disseminação e o uso do conhecimento científico.

Assim, na IPES estudada, o Repositório Institucional da FUMEC objetiva “[...] centralizar, preservar, tornar acessível e disseminar a produção científica e intelectual da Universidade” (FUMEC, c2016a).

Para ampliar a visibilidade do RI FUMEC, visando a comunicação científica em larga escala, além de divulgá-lo para a comunidade acadêmica e via canal no Instagram da Biblioteca Universitária, buscou-se também o seu registro em diretórios especializados, tais como Registry of Open Access Repositories (ROAR), Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR), Oasis e LA Referência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consecução do objetivo de analisar o repositório institucional de uma universidade privada de Minas Gerais e da intenção de verificar se as funções

do repositório estão em sintonia com as práticas de ciência aberta foi possibilitada pela participação, na pesquisa, de integrantes da equipe técnica que opera o repositório institucional. Apesar de idealmente almejar-se a colaboração dos três integrantes da equipe, somente dois bibliotecários acolheram o convite para a entrevista. Os profissionais que operam o RI demonstraram notável conhecimento técnico a respeito dos assuntos abordados e apresentaram relevantes contribuições para o aprimoramento do repositório institucional na IPES. Sugestões como o uso de *plugins* para a importação de dados de outros sistemas; a adoção de recursos utilizados em redes sociais de pesquisa como ResearchGate; e até o emprego de depósito compulsório de trabalhos no RI foram recomendações da equipe técnica da Universidade FUMEC.

Um importante resultado da investigação, para pesquisadores, IPES e sociedade, consiste na descoberta da correlação positiva entre a utilização de recursos abertos na fase de construção da pesquisa e a decisão de compartilhar, voluntariamente, o trabalho final no repositório institucional. Acredita-se que a exposição do pesquisador, na elaboração do seu trabalho, aos recursos abertos o mobilizará para, ao final, promover a disponibilização de seus trabalhos em ambientes *open access*, gerando uma ampliação exponencial do ciclo científico, tornando as informações acessíveis e reutilizáveis, conceitos-chave da ciência aberta.

Entre as contribuições deste estudo, uma decorre do problema que norteou a pesquisa e que se encontra explicitado na indagação “*Como ocorre, sob a percepção dos autores que disponibilizam seus trabalhos nos acervos do RI e dos profissionais que o operam, a atuação da plataforma em sintonia com as práticas da ciência aberta?*

. Visando obter resposta para tal questionamento, buscou-se, entre outras ações, conhecer a percepção do público da pesquisa acerca da importância do repositório no cenário da CA e a relação entre ambos. Os usuários enviaram manifestações positivas e que demonstram conhecimento a respeito de repositório e também do ideário da ciência aberta; destaca-se, por exemplo, uma das falas: “*a ciência aberta não se caracteriza pelo acesso, mas sim pelos dados compartilhados. Assim, o repositório deve ter por foco*

disponibilizar acesso ao que transcende o texto da pesquisa, como base de dados etc.”.

Observa-se, também, que os resultados da presente pesquisa contêm limitações. Uma delas, indubitavelmente, configura-se na incapacidade – relativa a tempo, recursos e acesso – de entrevistar os egressos de cursos *stricto sensu* que recusam inserir os seus trabalhos no repositório institucional. Acredita-se que compreender as razões de tais negativas é relevante para a criação de estratégias que possibilitem ampliar o engajamento desse público. Assim, tal abordagem poderá ser objeto de outras investigações científicas.

Para futuras pesquisas, sugere-se que as limitações e deficiências deste estudo configurem estímulos para a condução de novas investigações. Além de incluir outros sujeitos – egressos que recusam inserir trabalhos no repositório; demais profissionais técnicos que atuam na plataforma; docentes que orientam as pesquisas inseridas na base etc. –, novas pesquisas podem ainda percorrer caminhos metodológicos distintos, utilizar instrumentos diversos para o levantamento dos dados, promover grupos focais, propor modelos, realizar estudos comparados etc. Acredita-se, enfim, que as fragilidades e possíveis omissões deste estudo constituem, também, oportunidades para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

A expectativa é que esta investigação, bem como outras dela decorrentes, contribua para o desenvolvimento dos repositórios institucionais acadêmicos de organizações de ensino privadas e coopere para que eles, cada vez mais e a despeito dos obstáculos, atuem em sintonia com as práticas da ciência aberta.

Dentro das limitações encontramos certa dificuldade na coleta de dados junto aos discentes pois muitos não conheciam a plataforma.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; APPEL, A. L.; MACIEL, M. L. E-Science e Open Science: questões em debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-20. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/184794>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ARAÚJO, I. A.; SOUZA, L. G. S.; SILVA, C. M. A. LA Referencia: uma contribuição para o ecossistema de ciência aberta na América Latina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 48, p. 165-170, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4853>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BISPO, M. S. A impossibilidade da ciência aberta sem alteridade e pluralidade epistêmica. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 26, p. 1-5, 2022. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1505>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 221-A, p. 1, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/l12527.htm. Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 157, p. 59, 15 ago. 2018a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 65, p. 13-15, 5 abr. 2018b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18977. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 330, de 5 de abril de 2018. Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 66, p. 114, 6 abr. 2018c. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/9365055/do1-2018-04-06-portaria-n-330-de-5-de-abril-de-2018-9365051. Acesso em: 16 mar. 2022.

CAMARGO, L. S. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da informação para repositórios digitais. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 55-82. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

CARVALHO, P. C. P. Ciência aberta: caminho para as pesquisas científicas? **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 2, n. 6, p. 1-4, 2021. Disponível em:

<https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/6/1>. Acesso em: 23 nov. 2022.

COSTA, S. M. S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 218-232, 2008. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3175>. Acesso em: 23 jan. 2022.

COSTA, S. M. S.; KURAMOTO, H.; LEITE, F. C. L. Acesso Aberto no Brasil: aspectos históricos, ações institucionais e panorama atual. In: RODRIGUES, E.; SWAN, A.; BAPTISTA, A. A. (ed.). **Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo**. Braga: Universidade do Minho, 2013. p. 133-150. Disponível em: <http://repository.sdum.uminho.pt/handle/1822/26144>. Acesso em: 2 fev. 2022.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 163-202. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

EZEMA, I. J.; EJIKEME, A. N. The potentials of Open Access initiative and the development of institutional repositories in Nigeria: implications for scholarly communication. **Publishing Research Quarterly**, [S. I.], v. 35, n. 6, p. 6-21, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12109-018-09626-4>. Acesso em: 18 maio 2023.

EZEMA, I. J.; ONYANCHA, O. B. Open Access Publishing in Africa: advancing research outputs to global visibility. **African Journal of Library, Archives and Information Science**, [S. I.], v. 27, n. 2, p. 97-115, 2017. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/ajlais/article/view/164661>. Acesso em: 14 maio 2023.

FERREIRA, B. B.; NEVES, B.; BORGES, M. M. Competências para a gestão de um repositório institucional: o caso do repositório institucional da Universidade de Coimbra. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 974-986, 2021. Disponível em:

<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2272/2484>.
Acesso em: 2 fev. 2022.

FICHE, R. H.; MOURA, L. R. C.; MAIA, L. C. G. A utilização dos repositórios digitais nas organizações. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 5, p. 61-80, 2017. Disponível em:
http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v5_n1/racin_v5_n1_artigo04.pdf.
Acesso em: 25 abr. 2022.

FREITAS, M. A.; SILVA, P. N.; GUIMARÃES, J. F. Repositórios institucionais: a experiência da Universidade de Brasília. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 333-344. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf.
Acesso em: 23 abr. 2022.

GALLIANO, A. G. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GALVES, J. M; QUEIROZ, L. D. S.; SIQUEIRA, T. G. S. Ciência aberta na Amazônia: uma análise dos repositórios institucionais da Rede Norte. In: BARBALHO, C. R. S.; BESSA, Z. S. J.; PEREIRA, S. A. (org.). **Gestão da inovação**: informação, ação e relações colaborativas. 2. ed. Manaus: Edua, 2019. p. 144-158. Disponível em:
<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/1788?locale=de>. Acesso em: 3 fev. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GÓES, A. C. S.; OLIVEIRA, B. V. X. Projeto Genoma Humano: um retrato da construção do conhecimento científico sob a ótica da revista Ciência Hoje. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, p. 561-577, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/6NMQtBZN8C98xyFcZSgsWFn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2022.

GUIMARÃES, M. C. S.; SILVA, C. H.; NORONHA, I. H. RI é a resposta, mas qual é a pergunta?: primeiras anotações para implementação de Repositório Institucional. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 261-282. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf.
Acesso em: 23 abr. 2022.

JESUS, D. L.; SOUSA, A.; DETONI, J.; CUNHA, M. B. Barreiras no processo de desenvolvimento de repositórios institucionais nos Institutos Federais do Brasil. **Brazilian Journal of Information Science**, [s. l.], v. 15, p. 01-27, 2021.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/162028>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LIMA, M. H. T. F. Consequências do movimento pelo livre acesso – open access – e o direito à informação científica. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 219-231. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

LUDER, A. Quase 3,5 milhões de alunos evadiram de universidades privadas no Brasil em 2021. **Globonews**, [S. I.], 02 jan. 2022. Educação.. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/02/quase-35-milhoes-de-alunos-evadiram-de-universidades-privadas-no-brasil-em-2021.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2022.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de uma introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 9-21. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

MATTAR, F. N. **Pesquisa em marketing**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAS GERAIS. **Lei n. 3.043, de 20 de dezembro de 1963**. Cria a Universidade Aliança, com sede em Belo Horizonte, e dá outras providências. Belo Horizonte: Palácio da Liberdade, 1963. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/3043/1963/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei n. 4.124, de 31 de março de 1966**. Dá a denominação de “Presidente Kennedy” à Universidade “Aliança”, com sede em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Palácio da Liberdade, 1966. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/4124/1966/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei n. 4.675, de 6 de dezembro de 1967**. Revoga a Lei n. 4.124, de 31 de março de 1966, e dá nova redação ao item I, do art. 4º e ao § 2º do art. 7º da Lei n. 3.043, de 20 de dezembro de 1963. Belo Horizonte: Palácio da Liberdade, 1967. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/4675/1967/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei n. 6.166, de 7 de novembro de 1973**. Dá o nome de Fundação Mineira de Educação e Cultura à entidade antes denominada Fundação Universidade Minas Gerais, modificando e revogando dispositivos legais concernentes à mesma. Belo Horizonte: Palácio da Liberdade, 1973.

Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/6166/1973/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

PINFIELD, S. A mandate to self-archive? The role of open access institutional repositories. **Serials**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 01-08, 2005. Disponível em: <https://nottingham-repository.worktribe.com/output/1020014/a-mandate-to-self-archive-the-role-of-open-access-institutional-repositories>. Acesso em: 6 maio 2023.

REIS, S. G. O.; ZANINELLI, T. B. Uma análise sobre o repositório institucional como recurso informacional de acesso aberto. **Pontodeacesso**, Salvador, v. 14, p. 117-137, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/29094>. Acesso em: 5 fev. 2022.

RODRIGUES, M. M.; LOURENÇO, C. A.; DIAS, G. A. A natureza de conjuntos de dados científicos em repositórios sul-americanos: um levantamento de formatos e extensões. **Encontros Bibl**, Florianópolis, v. 27, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/196725>. Acesso em: 1 ago. 2022.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. Softwares livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 23-54. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf . Acesso em: 23 abr. 2022.

SHINTAKU, M.; VECHIATO, F. L. Histórico do uso do DSpace no Brasil com foco na tecnologia. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 2, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/13097>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SILVA, M. L. **Repositório institucional e o ecossistema da ciência aberta**: mecanismos de funcionamento. Orientador: Vinicius Medina Kern. 2020. 200 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219442>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SUNYE, M.; SETENARESKI, L.; SILVA, F.; RAMIRO, E.; FOLTRAN, L. A experiência da UFPR na construção de repositórios digitais: a implantação integrada das ferramentas DSpace e Open Journal System. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 107-122. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf . Acesso em: 23 abr. 2022.

TARGINO, M. G. Citações e referências: facilitando sua apreensão. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 135-163, 2005. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69830957009>. Acesso em: 23 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (FUMEC). **60 anos de prestígio e inovações**. Belo Horizonte: FUMEC, [2024]. Disponível em: <http://www.fumec.br/a-fumec/institucional/historia/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (FUMEC). **Repositório Institucional da Universidade FUMEC**. Belo Horizonte: FUMEC, c2016a. Disponível em:
<https://repositorio.FUMEC.br/xmlui/>. Acesso em: 3 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (FUMEC). **Repositório Institucional da Universidade FUMEC**: Buscar. Belo Horizonte: FUMEC, c2016b. Disponível em:
<https://repositorio.fumec.br/xmlui/discover>. Acesso em: 3 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (FUMEC). **Repositório Institucional da Universidade FUMEC**: Comunidades no Repositório Institucional. Belo Horizonte: FUMEC, c2016c. Disponível em:
<https://repositorio.fumec.br/xmlui/community-list>. Acesso em: 3 fev. 2023.

VEIGA, V.; MACENA, L. G. O autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 35-47, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15107>. Acesso em: 8 maio 2023.

WEITZEL, S. R. O mapeamento dos repositórios institucionais brasileiros: perfil e desafios. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 24, p. 105-123, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p105>. Acesso em: 26 abr. 2022.

WESTRIENEN, G.; LYNCH, C. A. Academic Institutional Repositories Deployment Status in 13 Nations as of Mid 2005. **D-Lib Magazine**, [S. I.], v. 11, n. 9, 2005. Disponível em:
<https://www.dlib.org/dlib/september05/westrienen/09westrienen.html>. Acesso em: 6 maio 2023.

FUMEC UNIVERSITY INSTITUTIONAL REPOSITORY: A STUDY IN LIGHT OF OPEN SCIENCE PRACTICES

ABSTRACT

Objective: To fill this gap, this research aimed to examine whether institutional

repositories align with open science practices. **Methodology:** A qualitative study was conducted, supported by descriptive research characteristics, involving documentary research. Bibliographic and documentary research was performed to support data collection. **Results:** It is believed that researchers' exposure to open resources during the development phase of their work will ultimately motivate them to promote the availability of their work in open access environments, generating an exponential expansion of the scientific cycle, making information and data accessible and reusable—key concepts of open science. **Conclusions:** An important result of the investigation, for researchers, IPES and society, is the discovery of a positive correlation between the use of open resources in the research construction phase and the decision to voluntarily share the final work in the institutional repository.

Descriptors: Institutional Repository. Private Higher Education Institution. Open Science.

REPOSITORIO INSTITUCIONAL DE LA UNIVERSIDAD FUMEC: UN ESTUDIO A LA LUZ DE LAS PRÁCTICAS DE CIENCIA ABIERTA

RESUMEN

Objetivo: Para llenar este vacío, esta investigación buscó examinar si los repositorios institucionales se alinean con las prácticas de ciencia abierta. **Metodología:** Se realizó un estudio cualitativo, con características de investigación descriptiva, que incluyó investigación documental. Se realizó investigación bibliográfica y documental para respaldar la recopilación de datos. **Resultados:** Se cree que la exposición de los investigadores a recursos abiertos durante la fase de desarrollo de su trabajo los motivará a promover la disponibilidad de su trabajo en entornos de acceso abierto, generando una expansión exponencial del ciclo científico, haciendo que la información y los datos sean accesibles y reutilizables, conceptos clave de la ciencia abierta. **Conclusiones:** Un resultado importante de la investigación, para los investigadores, IPES y la sociedad, es el descubrimiento de una correlación positiva entre el uso de recursos abiertos en la fase de construcción de la investigación y la decisión de compartir voluntariamente el trabajo final en el repositorio institucional.

Descriptores: Repositorio institucional. Institución privada de educación superior. OpenScience.

Recebido em: 24.09.2024

Aceito em: 22.08.2025